

FORMAÇÃO PIBID (Edital Capes 10/2024) - CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No segundo mandato do Pres Lula, enquanto avançávamos nas discussões sobre a educação brasileira e seus rumos (o que resultou na Lei 13.005/2014), o Ministério da Educação lançou um interessante programa chamado "Ética e Cidadania", em que afirmava, de saída, que "toda criança e todo jovem tem o direito de aprender o sentido da cidadania na sua concepção mais ampla" e que "é dever da escola ensinar e agir fundamentada nos princípios da democracia, da ética, da responsabilidade social, do interesse coletivo, da identidade nacional e da própria condição humana."

Os tempos eram do Haddad no MEC e do Paulo de Tarso Vannuchi na Secretaria Especial de Direitos Humanos - DH, esse âmbito da nossa vida social sobre a qual não conseguimos construir um consenso amplo e que sintomática e estranhamente se tornou um tema ou uma pauta de esquerda. Àquela época, o Programa Ética e Cidadania se apresentava como resultado de um compromisso do governo, buscando consolidar alguns princípios a ser incorporados à educação, seus documentos e diretrizes curriculares, na expectativa de que fossem por fim vertidos em política de Estado, habitando as práticas concretas, cotidianas, da educação, em todos os seus âmbitos, modalidades e níveis. Isto é, pela educação avançar em um aspecto civilizatório básico que tinha sido adiado ou travado na transição para a democracia ocorrida na década de 80 (lembramos a precariedade ou ausência de nossa "justiça de transição" e o clima de virulência que recentemente marcou uma [sessão especial da Câmara](#) que teve a participação da veneranda deputada Luiza Erundina, que dali precisou de atendimento médico. A sessão, puxada pela Comissão dos Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, analisava o PL 1156/2021, que propõe instituir a responsabilidade do Estado Brasileiro em identificar publicamente lugares de repressão política utilizados por agentes da ditadura civil-militar (1964 -1985).)

E, de fato, avançamos: em 2014, final do primeiro governo Dilma, o PNE declara em seu Artigo 2º, que entre suas diretrizes estão:

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

e

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

A educação para a cidadania, que implica identificação, enfrentamento e superação de todas as formas de discriminação e das iniquidades sociais que assumem formas reais e simbólicas, busca ao fim e ao cabo a inclusão social, a ética, os direitos humanos e a convivência democrática.

Quando do lançamento do livro ["Ética e Cidadania - construindo valores da escola e na sociedade"](#), o MEC declarou que tinha como objetivo principal "contribuir para a criação de ambientes éticos nos espaços educativos, que traduzam a educação no sentido de promover a democracia e a justiça social." Para isso, dizia a apresentação institucional do programa, "a empreitada (...) não deve ser de responsabilidade apenas de professores e estudantes, mas de todos os segmentos sociais e profissionais presentes no entorno escolar, [dos quais] depende a luta por uma educação de qualidade.""

Importante destacar essa segunda citação, isto é, a participação de todos os segmentos sociais e profissionais presentes no sistema escolar, pois, quando avançávamos nesse empreendimento social e educativo, um fenômeno perturbador começou a se manifestar, vindo exatamente desses segmentos que, estando fora do espectro político que concebia e executava políticas públicas da educação para a cidadania, compunham os outros segmentos sociais: falo do movimento Escola sem Partido, lembram? O tempo: pós jornadas de 2013, segundo governo Dilma, início da vigência do PNE.

O Escola sem Partido ganhou notoriedade em 2015, quando projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no Congresso Nacional. Quase 60 projetos de lei foram apresentados em todo o país sob a influência do movimento. O Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiu uma resolução em que repudiou todas as iniciativas do Escola sem Partido e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos tratou os projetos de lei promovidos pelo movimento como ameaças aos direitos humanos básicos. Vários desses projetos foram questionados devido à sua inconstitucionalidade pelo Ministério Público Federal, pela Advocacia-Geral da União e pelo Supremo Tribunal Federal. Com o golpe contra a Dilma e a ascensão do Temer ao posto, o movimento silenciou: deixara de ser necessário, pois o governo golpista e o seguinte assumiram, em diferentes níveis, sua pauta.

Neste momento de reconstrução e retomada da democracia, que continua em risco, pois os últimos anos foi de crescimento e organização de forças políticas conservadoras, religiosas, antidemocráticas no Brasil e no mundo, é fundamental que compreendamos a educação para a cidadania como um princípio organizador da prática docente a partir do qual se concebam projetos, roteiros de trabalho, objetos educacionais, capazes de mobilizar seus eixos:

1. a ética
2. a convivência democrática
3. os direitos humanos
4. a inclusão social

Para concluir, e sugerindo como referência ou inspiração para o importante trabalho que nos ocupará nos próximos dias, trago a bela reflexão da Profa. Nelly Novaes Coelho (em seu livro "Literatura: arte, conhecimento e vida") que, propondo a literatura (e seu ensino) como fio de Ariadne a indicar caminhos no labirinto de complexidades em que

nos movemos, cita Edgar Morin em sua importante reflexão para a educação na virada do milênio:

É preciso que o corpo docente se coloque nos postos mais avançados do perigo representado pela permanente incerteza do mundo. [...] É isso que estamos compreendendo neste final de século XX, o mundo não desliza sobre uma vida traçada de antemão, não é uma locomotiva que corre sobre os trilhos, o futuro é absolutamente incerto, é preciso pensar com e na incerteza. Mas não uma incerteza absoluta, porque a verdade é que navegamos em um oceano de incertezas através de arquipélagos de certezas locais.

A educação básica e pública se tornou arena de disputas (observem os movimentos dos sistemas de educação de São Paulo e do Paraná) e no mundo civilizado as democracias são frontalmente ameaçadas por movimentos fascistas, impulsionados pelo uso inescrupuloso de recursos digitais. Não sabemos o que virá adiante, mas como educadores compartilhamos certezas locais. Não podemos perder tempo nem a oportunidade dessa política pública de 1.8 bilhão e 84 mil bolsas: que nossos projetos estejam comprometidos, em suas elaborações teóricas, planejamentos, nas práticas e nos processos de avaliação, com a ética, a convivência democrática, os direitos humanos e a inclusão social.

Salvador, 20 de junho de 2024.

Raquel Nery
FACED UFBA